

## Ciberpolítica Global: considerações sobre o impacto das TIC nas Relações Internacionais a partir do caso da *Primavera Árabe*<sup>1</sup>

Pedro Henrique Oliveira Frazão<sup>2</sup>  
Mestrando em Relações Internacionais  
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

### RESUMO

As Relações Internacionais, assim como qualquer área das ciências sociais, modificam-se constantemente de acordo com a evolução da sociedade e do modo como os indivíduos se relacionam. Sendo assim, negar a existência da influência do *poder fluido* da mídia dentro das esferas tradicionais de poder, é negar o impacto que as novas tecnologias possuem nas relações humanas. Entender os impactos das novas mídias nas Relações Internacionais e, conseqüentemente, nas relações de poder, torna-se fundamental para compreender não só o caso da *Primavera Árabe*, mas diversos outros eventos que ocorrem frequentemente no cenário internacional, tanto no nível sistêmico como no nível dos atores. Dessa forma, o presente trabalho busca demonstrar como ocorre a relação entre as novas TIC, o poder e as relações internacionais na era da informação a partir do caso da *Primavera Árabe*. Trataremos dos efeitos que as novas mídias proporcionaram à busca pelo poder e como isto afeta as relações entre os agentes internacionais, observando como estes estão se apropriando de tais meios. Tratar-se-á, também, das tentativas de controle das mídias digitais e do seu aspecto democrático, demonstrando como o ciberespaço – enquanto um espaço desregulamentado – proporciona aos agentes novas formas de ação global tal como o *ciberativismo* visto na onda revolucionária do mundo árabe.

**Palavras-chave:** Ciberpolítica; Ciberativismo; Primavera Árabe

### RESUMEN

Las Relaciones Internacionales, así como cualquier área de las ciencias sociales, están cambiando constantemente de acuerdo a la evolución de la sociedad y de cómo las personas se relacionan. Así, negar la influencia del *poder fluido* de los medios dentro de las esferas tradicionales del poder, es negar el impacto que las nuevas tecnologías tienen en las relaciones humanas. Comprender el impacto de los nuevos medios de comunicación en las Relaciones Internacionales y, en consecuencia, en las relaciones de poder, se convierte en fundamental para entender no sólo el caso de la *Primavera Árabe*, pero muchos otros eventos que ocurren a menudo en el ámbito internacional, tanto a nivel sistémico como a nivel de los actores. Por lo tanto, este trabajo trata de demostrar cómo se produce la relación entre las TIC, el poder y las relaciones internacionales en la era de la información desde el caso de la *Primavera Árabe*. Buscamos abordar los efectos que los nuevos medios de comunicación han proporcionado a la búsqueda del poder y cómo afectan a la relación entre los actores internacionales, con énfasis en la observación de la forma de como se están apropiando de esos medios. También vamos a abordar las formas de intentos de control por los actores de los medios digitales y, en oposición, su aspecto democrático, demostrando cómo el ciberespacio - como un espacio no regulado - da a los agentes nuevas formas de acción global como el *ciberactivismo* visto en la oleada revolucionaria en el mundo árabe.

**Palabras clave:** Ciberpolítica; Ciberactivismo; Primavera Árabe

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014

<sup>2</sup> e-mail: pedrohof@gmail.com

## INTRODUÇÃO

É histórico o caminho que a sociedade vem tomando nas reconfigurações espaciais e temporais. Desde a formação das primeiras civilizações, passando pela criação dos grandes impérios, até a civilização moderna, as interações sociais partiram da convivência diária entre tribos à formação de uma aldeia global interconectada. Os últimos trinta anos, entretanto, foram cruciais para uma modificação profunda na forma como os seres humanos se relacionam devido principalmente ao surgimento de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que deixaram o tempo e o espaço cada vez mais relativos.

Estas mudanças recentes tiveram como pano de fundo o marco histórico do fim da Guerra Fria e as suas consequências para as Relações Internacionais. A vitória do bloco capitalista, o processo de globalização e as inovações tecnológicas, tais como o surgimento da internet, proporcionaram uma maior interação entre os seres humanos, transformando a informação em uma ferramenta fundamental para as relações de poder no cenário internacional. Estes novos aspectos, entretanto, vêm modificando sensivelmente pressupostos tidos como imutáveis, criando novos fenômenos para este campo de estudo.

A *Primavera Árabe* surge, assim, como um desses novos fenômenos globais que nos proporcionam a possibilidade de refletir acerca da nossa área de estudo. Caracterizada por uma onda de revoluções ocorrida no norte da África e no Oriente Médio, a *Primavera Árabe* é singular ao ponto em que proporcionou uma ação global de agentes não-estatais através das mídias digitais que proporcionaram não apenas a união de uma coletividade com objetivos comuns, mas foram a plataforma por excelência de suas ações. Foram nos meios digitais que os manifestantes se organizaram, influenciaram a outros e também foram influenciados, angariaram apoio internacional, disseminaram notícias, vídeos, fotos e outras informações acerca dos acontecimentos driblando a censura local, ou seja, as mídias digitais foram uma verdadeira central operacional para as ações da *Primavera*.

Apesar disso, a evolução das TIC não modificou o aspecto de controle das mídias pelo Estado, e a corrida para a apropriação dos meios digitais se dá na mesma intensidade com que ocorreu nas mídias tradicionais. A grande diferença, entretanto, é que estas já nascem com proporções globais, pós-massivas, dificultando o controle por parte dos Estados, proporcionando, assim, a criação de novos eventos como a *Primavera Árabe* que surgem em um contexto não-estatal, porém atingem níveis de ação globais devido, entre outras razões, às características ímpares das mídias digitais. Se a questão midiática sempre esteve engendrada com as Relações Internacionais, trazemos à tona questões que tocam nesse ponto, mas que são pertinentes também pelo momento em que vivemos onde o dualismo entre *mídia versus*

*sociedade* perde sentido quando esta sociedade encontra um amplificador para sua voz que pode chegar até a estruturas rígidas quanto a do sistema internacional.

Diante do explanado, o objetivo do trabalho é compreender se (e até que ponto) as mídias digitais proporcionam uma certa reconfiguração das Relações Internacionais tendo como pressupostos os acontecimentos da *Primavera Árabe* que, com ajuda das TIC, proporcionaram aos manifestantes (agentes não-estatais) a possibilidade de agir globalmente. Para tanto, faz-se uso de autores como Pierre Lévy e André Lemos, que buscam compreender o funcionamento das novas mídias, Leonardo Valente, que analisa o impacto das mídias digitais para as Relações Internacionais, Onuf e Wendt, teóricos construtivistas das Relações Internacionais, e Puddephatt, diretor da Global Partners, que enfatiza em seu artigo a importância dos meios digitais para a *Primavera Árabe*. Além desses autores, foram realizadas pesquisas em diversas redes de notícias a fim de realizar um levantamento histórico dos acontecimentos deste fenômeno.

A metodologia de pesquisa do trabalho é qualitativa e se deu inicialmente através de levantamento bibliográfico e pesquisa na internet e nas redes sociais acerca da influência das TIC nas manifestações árabes. Após a análise desses dados, levantou-se hipóteses explicativas que apontaram para o uso majoritário dos meios digitais por jovens, utilizando-os com o objetivo principal de organização, comunicação, troca de informações e angariação de apoio às manifestações. Além disso, os dados apontaram que o uso da rede teve um forte impacto no cenário internacional, por ter alcançado um nível global de discussão e por ter levado tais pautas à agenda dos Estados.

Tendo a leitura teórica e as hipóteses como base, tornou-se possível a realização do estudo acerca do objeto proposto. Com fins de apresentar o resultado, o trabalho analisará a política internacional na era da informação, juntamente com o conceito de ciberpolítica. Em um segundo momento, apontará as principais características do ciberespaço enquanto um espaço aberto a todos, demonstrando como estas foram de fundamental importância para a *Primavera Árabe*. Na terceira parte, buscará demonstrar como os agentes são afetados pelas novas mídias digitais e qual o efeito para as relações de poder e, conseqüentemente, para o cenário internacional, a partir dos fenômenos ocorridos durante as manifestações.

Por fim, serão delineadas as considerações finais acerca da pesquisa, demonstrando como os resultados desse trabalho contribuem para os estudos no campo das Relações Internacionais que evoluem em conjunto com o desenvolvimento das relações sociais, tendo em vista que as TIC vêm cada vez mais modificando o modo como os seres humanos se relacionam.

## A POLÍTICA INTERNACIONAL NA ERA DA INFORMAÇÃO: CIBERPOLÍTICA

Se informação é poder, como Francis Bacon já havia afirmado há mais de 400 anos, e esta perpassa atualmente pelos cabos e satélites da mídia, não há como negar a importância desta instância na busca pelo poder no tabuleiro das relações internacionais.

Antes de qualquer afirmação, entretanto, é necessário frisar que este trabalho compartilha dos pressupostos apontados por Leonardo Valente (2007) de que as esferas do poder tradicional continuam as mesmas dentro dos Estados: a militar, a política e a econômica. Não é possível afirmar que a mídia por si só, mesmo após a revolução comunicacional advinda do surgimento dos meios que criaram uma cultura de massa (como o rádio e a TV) e da internet, é uma esfera de poder paralela às supracitadas. Dessa forma, a mídia é vista e analisada aqui como um *pilar fluido de poder*:

Em nosso caso, quando nos referimos a um pilar fluido, estamos nos referindo a uma estrutura fundamental à manutenção do poder de um Estado, mas que não opera sozinha, que age em outras estruturas e que precisa que elas funcionem, e bem, para poder atuar. (Valente, 2007, p. 35)

Dessa forma, a ideia de *fluido*, para Valente, está ligada ao termo criado por Zigmund Bauman (2001, p. 8 *apud* Valente, 2007, p. 34), em que demonstra como os fluidos “se movem facilmente”, diferentemente dos sólidos que “têm dimensões espaciais claras”. Sendo assim, os fluidos “não fixam o espaço nem prendem o tempo”, sendo difícil contorná-los ou controlá-los. A mídia, dessa forma, perpassa entre os *pilares sólidos* do poder – em maior escala os poderes político e econômico e de forma menos impactante o militar – criando novos desafios e novas oportunidades, mas sendo extremamente difícil mensurá-la no tempo e no espaço.

Apesar da apropriação deste conceito para a compreensão do papel das mídias nas relações de poder neste trabalho, Charaudeau (2009) ressalta que alguns autores apontam-na como um quarto poder – aqui, entretanto, a “quarta posição” aparece após os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para o autor, a comunicação manipula e se manipula, principalmente por fazer parte da concorrência capitalista das indústrias midiáticas, transformando-se, assim, em uma “máquina midiática” que produz informação para as massas em larga escala e de forma imediata. Entretanto, Charaudeau aponta que para ser um poder *de facto*, a mídia deveria ditar normas comportamentais, ter a capacidade de impor sanções e possuir indivíduos passíveis dessa manipulação diante de regras declaradas assim como o poder militar, político e econômico possuem.

O que o desenvolvimento das TIC, e aqui especificamente das mídias digitais, realizou no campo do poder foi uma modificação na forma como os agentes internacionais põem em prática suas ações na busca pela sua sobrevivência no meio internacional e pelos seus interesses. Valente (2007) afirma que as inovações tecnológicas na mídia possuem tanto a capacidade de ampliar as três esferas do poder como de colocá-las em inoperância. Conseqüentemente, assistimos hoje a uma tentativa desenfreada dos agentes de se adequarem à nova realidade da *era da informação*.

A diminuição das distâncias, a circulação de informação em tempo real, as possibilidades infinitas de comunicação, o surgimento das agências de notícias internacionais com informações 24 horas, entre outras características desta nova *era*, constroem tanto novos meios de ação quanto novos empecilhos para os agentes internacionais. Ao mesmo tempo em que negociações políticas e econômicas no meio internacional tornam-se menos custosas e de fácil acesso, a dificuldade no controle com que a informação percorre o globo cria novos agentes e fatores que dificultam a ação estatal tais como a opinião pública e a própria imprensa.

Apesar disso, é importante ressaltar que os Estados não estão incorporando da mesma maneira as modificações que as novas mídias proporcionam. Os Estados democráticos, principalmente os mais desenvolvidos, possuem um maior grau de inserção na *era da informação*, por serem sociedades abertas e com uma população que possui cada vez mais acesso à informação. Já as ditaduras, como demonstra Valente, também incorporam as novidades mas de forma distinta:

Da mesma forma que não conseguem fugir totalmente do processo de globalização, as ditaduras não se livram da nova velocidade de comunicação diplomática entre os Estados, dos ataques da imprensa estrangeira capazes de formar uma opinião pública negativa em diversas regiões e governos e da disseminação da informação entre a sua população, por mais controlado que esse processo possa ser. (Valente, 2007, p. 26)

Analisando em um nível estatal, é clara a interferência das novas mídias nos países ditatoriais onde ocorreram as revoltas da *Primavera Árabe*. Mesmo com as tentativas de censura, a influência das ideias de maior participação política e de melhores condições econômicas, e a fácil disseminação destas através das mídias digitais, isto somado ao descontentamento da opinião pública destes países com seus governos totalitários, foi a mistura perfeita para a eclosão das revoltas assistidas naquela região.

Dessa forma, a onda revolucionária que atingiu o norte da África e o Oriente Médio é um exemplo claro da afirmação de Valente (2007) acerca da inserção das ditaduras na nova era. Por não conseguirem conter o avanço do *pilar fluido de poder*, estes Estados viram-se invadidos pela ubiquidade das novas mídias que logo alcançaram a população, criando um fluxo de informações em duas vias: ao mesmo tempo em que recebem ideias e influências estrangeiras, compartilham também seus anseios e suas experiências, influenciando outros.

Os efeitos que estas novas mídias causam nas relações internacionais, segundo David Rothkopf (1998), citado e analisado por Leonardo Valente (2007), podem ser expressos a partir de sete fenômenos que dialogam entre si:

- a *capacidade de interconexão*, passando a ser desnecessário encontros físicos;
- a *descentralização e a desagregação*, tendo em vista que a facilidade de comunicação dificulta a centralização das negociações no governo central;
- a *desintermediação*, que anula a necessidade de um meio para a comunicação (tais como o correio, a TV, o rádio, etc.), consequência da comunicação face-a-face;
- o *deslocamento do real para o virtual*, aumentando, assim, a presença de um Estado em outro, sem a necessidade de encontros físicos;
- a *aceleração*, devido ao pressuposto do instantâneo;
- a *amplificação*, em que temas ganham grande repercussão (imprensa e opinião pública);
- e o *aumento da assimetria de poder*, já que as potências possuem maior capacidade de se adequar às novas mídias, demonstrando, assim, que as relações entre os Estados não estão caminhando para uma democratização deste meio.

Estes efeitos são tão impactantes para as relações internacionais que Rothkopf criou um novo termo para a Realpolitik<sup>3</sup> da era da informação, a *Cyberpolitik* (ou Ciberpolítica):

A Realpolitik da nova era é a Cyberpolitik, na qual os atores nas Relações Internacionais, principalmente os Estados, terão seu poder dimensionado e fortalecido pelo poder da informação. Os fins continuarão os mesmos, mas os meios para se alcançarem esses fins serão modificados de forma drástica. (Rothkopf, 1998, p. 3 *apud* Valente, 2007, p. 38)

Os recursos fornecidos pela revolução comunicacional aos agentes internacionais passam, então, a ser estratégicos para o alcance dos interesses e da sobrevivência neste meio. Segundo Valente (2007), os outros recursos tanto de *hard* quanto de *soft power* já estariam

---

<sup>3</sup> Segundo Henry Kissinger (2001), Realpolitik é “a política externa baseada em cálculos de poder e nos interesses nacionais”.

bastante disseminados, não proporcionando mais seus fins de barganha e/ou sanção. A informação, nesse caso, passa a ser central para os agentes, que agiriam através do meio virtual (internet, TV, rádio, etc.), disseminando seus interesses na forma de discursos<sup>4</sup>.

Para Valente (2007), o que diferencia os discursos atuais é que o meio virtual amplifica e fortifica seus objetivos devido às suas características de ubiquidade e de convergência. Utilizando-se das ideias de Michel Foucault, Valente (2007, p. 40) ressalta que “não haveria recurso melhor para essa busca [pelo poder], pois para ele [Foucault] as ligações entre o discurso e o poder são extremamente íntimas”.

Ou seja, para conquistar o poder é preciso ter o poder da informação e ter o poder significa também ter em mãos o sistema de informação e de discursos dominantes no cenário internacional. Se o grande espaço para o discurso contemporâneo é o virtual, Foucault reforça a tese de Rothkopf, de que a Cyberpolitik será o grande cenário das ações dos Estados. (Valente, 2007, p. 41)

Uma das formas de ação dos discursos dos agentes internacionais – nesse caso, especificamente o Estado – na Ciberpolítica teria como alvo inicial a opinião pública de um outro país. Segundo Valente (2007), a opinião pública serviria como um meio para o verdadeiro objetivo de atingir o Estado-alvo. Dessa forma, a imposição de novas ideias na opinião pública pressionaria o governo a tomar novas posições ou até mesmo poderia levar a derrubada de um governo por parte da população.

Neste ponto, Valente (2007) absorve os pressupostos realistas das Relações Internacionais de que os Estados são os atores mais importantes do cenário internacional, logo a ação de influência da opinião pública partiria sempre de um Estado visando atingir outro Estado e não a própria população. Mesmo criticando a ideia realista de Morgenthau que afirma ser desnecessária para os estudos neste campo a presença de elementos que não a política racional dos Estados tais como a opinião pública e o direito internacional, Valente reafirma a presença do Estado como único ator *de facto* no meio internacional.

Ora, afirmar que o Estado é o único *global player* capaz de influenciar a opinião pública de um país e tendo como único fim o próprio Estado, é negar todas as características das novas mídias com funções pós-massivas. A ubiquidade, a convergência e a alta mobilidade (propiciada pelo advento dos *smartphones*) dos novos meios, somados à *Web 2.0* que “cria possibilidades de escrita coletiva, de aprendizagem e de colaboração na rede” (Lemos e Lévy, 2010, p. 52), geram, assim, um espaço de “todos” que libera os polos

---

<sup>4</sup> Valente explica a ideia de discurso como “toda prática expressiva de linguagem que vise à produção e à circulação social do sentido (Rabaça e Barbosa, 1995 *apud* Valente, 2007, p. 40).

emissores, não mais dependentes do controle dos produtores das grandes mídias com funções massivas (TV, rádio, etc) nem dos Estados e seu controle midiático, como veremos a seguir.

### **CIBERESPAÇO: UM ESPAÇO DE TODOS?**

Pensar que os efeitos das novas mídias nas Relações Internacionais restringem-se apenas ao nível estatal é negar a existência de diversos agentes e fatores enquanto variáveis que influenciam no jogo de poder neste meio, assim como visto na *Primavera Árabe*, em que os manifestantes ganharam status de *global player*, devido aos seus discursos que geraram um alto poder de influência e de organização. Segundo Joseph Nye:

Há quatro séculos, o estadista e filósofo inglês Francis Bacon escreveu que informação é poder. No começo do século XXI, uma parcela muito maior da população tem acesso a esse poder, tanto dentro de cada país como entre eles. Os governos sempre se preocupam com o fluxo e o controle da informação, e o período atual não é o primeiro a se ver seriamente afetado pelas mudanças na tecnologia da informação. Atribui-se à invenção dos tipos móveis de Gutemberg, que permitiram a impressão da Bíblia, tornando-a acessível a grandes segmentos da população europeia, papel de grande importância no advento da Reforma. Os panfletos e os comitês de correspondência pavimentaram a independência dos Estados Unidos. No mundo rigorosamente censurado da França do século XVIII, as notícias que circulavam pelos mais diversos meios – oral, manuscrito, impresso – ajudaram a divulgar os fundamentos da Revolução Francesa. Como argumenta o historiador Robert Darnton, de Princeton, “toda era foi uma era da informação, cada qual à sua maneira”. Mas nem mesmo Bacon teria sido capaz de imaginar a revolução da informação do presente. (Nye, 2002 *apud* Valente, 2007, p. 20-21)

Sendo assim, apesar de Nye reforçar o argumento da importância da informação para a política e para as relações entre os Estados, também afirma que a população passa a ter um maior acesso ao poder devido às novas TIC. Dessa forma, o autor demonstra uma disseminação de poder para fora da esfera dos Estados, gerando, assim, indivíduos e grupos não-estatais aptos a influenciar a política global, tais como redes terroristas, *ciberativistas* ou os próprios cidadãos revoltosos da *Primavera Árabe*, como afirma José Rubens Mascarenhas (2005).

Para Onuf (2002), um dos principais autores da corrente teórica construtivista das Relações Internacionais, os agentes não são os Estados, nem os Órgãos Internacionais, nem qualquer outra organização política, mas sim os próprios seres humanos enquanto seres sociais que constroem mundos<sup>5</sup> que façam sentido para si. Segundo o autor, existem os

---

<sup>5</sup> Para Onuf (2002), não existe apenas um mundo (estrutura), mas diversos mundos como o dos eventos (onde os Estados agem), o da política, o das relações formais (feitas pelos agentes), o das atividades técnicas e dos serviços públicos, e o dos acadêmicos (que observam e influenciam outros mundos).



indivíduos agentes, que constroem os mundos, e os observadores, que os analisam e influenciam a partir do momento em que se aproximam mais e mais destes mundos.

Para qualquer um de nós enquanto agentes, o mundo é toda a experiência. Assim que nos afastamos e nos tornamos observadores, vemos muitos mundos, mundos dentro de mundos, alguns dos quais nós pertencemos, outros não. Por definição, todo o mundo em que vivemos é ilimitado. Os limites de quase todos os mundos são mais fáceis de discernir quando nos afastamos deles. Por outro lado, somos obrigados a nos aproximar para ver muito do que acontece dentro desse mundo. Quanto mais perto estamos, mais provável é que tenhamos um efeito sobre o que vemos. Agentes, observadores: talvez a distinção seja analítica, mas indispensável na prática. (Onuf, 2002, p. 119, tradução nossa)

Sendo assim, quanto mais próximo do mundo político os jovens árabes chegaram tendo principalmente as mídias digitais como ferramenta, mais eles puderam influenciar nesta esfera a nível mundial. Dessa forma, os manifestantes árabes puderam efetuar suas ações como agentes do meio internacional, tendo em vista que buscavam modificar o mundo em que vivem já que o antigo regime não mais fazia sentido para eles.

Já para Wendt (1994) – também um autor construtivista – o principal ator a ser estudado na construção das relações internacionais é o Estado, que ainda concentra grande parte das decisões tomadas em nível internacional e pode manipular a opinião pública e o nacionalismo (grandes influenciadores das tomadas de decisões internas). Contudo, com o crescimento de alguns grupos não-estatais (Wendt, 1994, p. 9), o autor atenta para o aumento de importância que eles adquiriram. São atores que estão fora do modelo Westfaliano e que podem ajudar a formar identidades coletivas – o que mudaria a estrutura internacional.

Como consequência, e tendo como pressuposto a percepção de que os manifestantes árabes agiram como um *global player*, o ciberespaço proporcionou a formação de uma identidade coletiva entre os manifestantes através da inteligência coletiva gerada por esses novos meios. Logo, a estrutura formada em Westfalia é afetada pela ação desses novos agentes, mas não desmembrada, tendo em vista que os Estados ainda concentram grande parte do poder – militar, político e econômico – mas cada vez mais disseminam-no entre novos agentes, principalmente nas esferas econômica e política.

Como exemplo disso, é possível observar que cada vez mais as empresas multinacionais possuem autonomia econômica para agir da forma como bem entenderem, possuindo, assim, cada vez mais poder de influência, tanto na população quanto no próprio Estado. Já na esfera política, a *Primavera Árabe* é um bom exemplo da disseminação de poder, tendo em vista que as ações coletivas puderam influenciar não só indivíduos em outras nações, mas também Estados que apoiaram as reivindicações e reconheceram os grupos

internos como os verdadeiros representantes do povo em detrimento dos governos tradicionalmente no poder.

Como é possível perceber, a onda revolucionária da *Primavera Árabe* “colheu o mundo de surpresa. Inclusive, aparentemente, serviços de inteligência como a CIA ou o MI5, os diplomatas, ONGs, centros de pesquisa, em diferentes áreas do planeta” (Ouro Preto, 2011, p. 27). Esta afirmação, somada à já conhecida boa relação entre as potências mundiais e os governos ditatoriais daquela região devido às questões estratégicas como o petróleo, parecem provar que a tese de Valente (2007) sobre uma ação externa de um Estado com o intuito de influenciar a opinião pública árabe visando atingir tais governos não é pertinente ao caso.

Dessa forma, como poderiam ter nascido e se espalhado os ideais de libertação dos Estados opressores que não conseguiam fornecer as demandas da população? Um dos possíveis fatores que explicaria parte do caso seria que a forte imersão da população jovem local, educada, de classe média e com acesso ao ciberespaço teria sido influenciada e também influenciado através da rede. Sendo assim, o indivíduo em coletividade enquanto agente dos processos revolucionários da região, a partir do momento em que é capaz de influenciar e de ser influenciado por outros, passa a ter poder e a agir como um *global player* determinante para os acontecimentos da *Primavera Árabe* e suas consequências, como demonstra Andrew Puddephatt.

As mídias digitais permitiram um alto grau de organização política, ajudando a reunir grandes grupos muito rapidamente. Forneciam também uma plataforma para que as pessoas pudessem expressar sua solidariedade, tanto dentro do país como com outros países da região e do mundo. Os egípcios ficaram sabendo dos acontecimentos na Tunísia pelos próprios cidadãos tunisianos, e não pelas redes de notícias nacionais. A natureza pessoal desse contato – por amigos e familiares, ao invés das pouco confiáveis fontes tradicionais de notícias – foi particularmente eficaz. (Puddephatt, 2011, p. 21)

Puddephatt ainda continua afirmando que:

Além disso, esse tipo de comunicação significava que as hierarquias políticas tradicionais podiam ser evitadas – era possível reunir um enorme número de pessoas em poucos dias, ou até mesmo em horas – porque alguém conhecia alguém que conhecia alguém no Facebook, e as notícias se espalhavam por ali. Ao contrário das mídias tradicionais, as mídias digitais facilitam uma comunicação coletiva e não hierárquica. (Puddephatt, 2011, p. 21)

Os jovens tunisianos, ao serem influenciados por uma extensa gama de informações e discursos existentes no meio digital que não são propriamente provenientes de Estados, mas partem das mais diversas fontes, até mesmo de indivíduos comuns, e percebendo que a

situação em que se encontravam não propiciava uma mudança social, política e econômica profunda, apropriaram-se das mídias digitais, em especial das redes sociais, para disseminar seus anseios sem se preocuparem com a hierarquia política do Estado. Ao encontrarem pares que possuíam os mesmos ideais e aproveitando-se da facilidade de organização que as redes sociais promovem, fugindo, assim, da censura característica dos países ditatoriais, passaram a agir não só na Tunísia, mas conseguiram influenciar diversas pessoas nas nações vizinhas e no mundo. O mesmo ocorreu com as outras sociedades por onde a *Primavera Árabe* floresceu e isto só foi possível devido às características democráticas das relações de poder existentes nos meios digitais.

### **AS RELAÇÕES DE PODER NO CIBERESPAÇO**

Segundo Lemos e Lévy (2010), a transformação na esfera pública a partir da criação dos novos espaços digitais de troca de informações possui um forte impacto na questão democrática. Para os autores, existem três pontos fundamentais de influência: o primeiro diz respeito à possibilidade da fácil aquisição de informação, de expressão, de associação e de deliberação entre os cidadãos. “Em suma, a computação social aumenta as possibilidades da inteligência coletiva e, por sua vez, a potência do ‘povo’” (Lemos e Lévy, 2010, p. 14).

Outro efeito da denominada *ciberdemocracia*<sup>6</sup>, é a pressão que o povo pode exercer em seus governantes por mais “transparência, abertura e diálogo” a partir de uma coesão da opinião pública. O último ponto ressalta a característica mundial do espaço público digital, tendo em vista a permeabilidade das fronteiras geográficas permitindo que as ações cidadãos e as opiniões cheguem a diferentes nações, procurando solucionar problemas ambientais, sociais, econômicos e políticos.

Dessa forma, a potencialização do “povo”, a pressão exercida em seus governos e a presença de um espaço público digital global que possibilitou aos indivíduos árabes uma maior ação política enquanto disseminadores e consumidores de informação, foram pontos cruciais para os acontecimentos da *Primavera Árabe*, principalmente por possibilitarem uma ampla liberdade de expressão:

A importância dos acontecimentos no Oriente Médio iluminou o fato de que as comunicações digitais oferecem uma nova plataforma para a liberdade de expressão a nível global. (Puddephatt, 2011, p. 21)

---

<sup>6</sup> Termo utilizado por Lemos e Lévy (2010) para denominar o impacto do ciberespaço nas questões democráticas.

A liberdade de expressão, entre outros fatores, é o que possibilita o surgimento de movimentos de ação coletiva visando um fim específico. O ativismo propõe a ação de um certo número de pessoas engajadas na solução de um problema específico. Da mesma forma ocorre no meio virtual – denominado *ciberativismo* – onde vários usuários unem-se em prol de um fim comum. O *ciberativismo* só é possível devido às características democráticas dos meios digitais demonstradas por Lemos e Lévy (2010), permitindo liberdade aos *ciberativistas* para expor suas ideias e suas reivindicações.

David de Ugarte define:

“ciberativismo” como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. (Ugarte, 2007, p. 55)

O autor ainda afirma que:

O ciberativismo não é uma técnica, mas uma estratégia. Fazemos ciberativismo quando publicamos na rede — em um blog ou em um fórum — esperando que os que lêem avisem aos outros, entrelaçando seus próprios blogs ou recomendando-lhes a leitura por outros meios, ou quando enviamos um e-mail ou um SMS para outras pessoas, na esperança de que o reenviem à sua lista de contatos. (Ugarte, 2007, p. 55)

Tendo este conceito como pressuposto, é possível perceber que as ações coletivas durante a Primavera Árabe tiveram o *ciberativismo* como estratégia, tendo em vista o amplo uso da rede para a organização das manifestações e para a captação de apoio a nível global. Sendo assim, o “boca a boca” do meio digital foi essencial para a troca de informações entre os indivíduos envolvidos e destes com o mundo.

Atualmente existem diversos espaços de *ciberativismo* na rede. Dentre eles o mais difundido globalmente é o Avaaz<sup>7</sup>, que é específico para esta função e já se envolveu em diversos casos, tais como a tentativa de pressionar a Presidente do Brasil, Dilma Roussef, através de uma petição online, a vetar a proposta do novo Código Florestal. Entretanto, também existem mobilizações online que apropriam-se de ferramentas pré-existentes como o

---

<sup>7</sup> Página da internet que busca criar uma comunidade de mobilização online sobre diversos temas. Pode ser acessado através do endereço: <<http://www.avaaz.org/>>.

*Facebook*, o *Twitter*, o *YouTube* para realizar suas ações, tais como as eleições no Irã de 2009<sup>8</sup> e o *Occupy Wall Street*<sup>9</sup>, além, é claro, da própria *Primavera Árabe*.

Apesar da característica de livre expressão da internet, Puddephatt (2011) afirma que existem diversas tentativas de controle e regulamentação deste meio, tanto por parte de Estados agindo de forma unilateral quanto por ações intergovernamentais que podem vir a desacelerar o desenvolvimento das plataformas digitais. A censura, como visto em diversos países da *Primavera Árabe*, é algo bastante comum em Estados não democráticos. Existem diversos exemplos – além dos da *Primavera Árabe* – deste tipo de cerceamento da liberdade de expressão, tais como o rastreamento dos manifestantes das eleições de 2009 no Irã, o bloqueio do *YouTube* na Turquia, as tentativas de retirar o *Facebook* do Paquistão e o tráfego roteado por servidores do governo de serviços de e-mails na Índia. Entretanto, como afirma Puddephatt (2011), foram os chineses que implantaram a censura mais sofisticada do mundo.

A China criou em 2006 o chamado *Escudo Dourado*, visando um maior controle legal das ações de seus cidadãos na internet. Os computadores vendidos naquele país, possuem *softwares* de censura pré-instalados que possibilitam o rastreamento fácil da máquina e o que é consumido é enviado por esta ao governo. Outra ação chinesa é o filtro de conteúdos, não permitindo que seus cidadãos tenham acesso a diversas páginas da web, além da utilização do sistema de *armazenamento e reenvio*, onde servidores locais arquivam os dados enviados pelos chineses e só liberam na internet quando quiserem (e se quiserem). A China conta hoje com mais de 250 mil analistas da internet que trabalham para o governo censurando os conteúdos.

Apesar de a censura estar presente majoritariamente em Estados com princípios controladores, há também nos países democráticos tentativas de regulamentação da rede, buscando impor a soberania estatal neste meio. Atualmente existem órgãos internacionais que tratam da funcionalidade da internet, tais como o *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (Corporação para os Nomes e Números Designados na Internet – ICANN) e o *World Wide Web Consortium* (W3C), entretanto, não regulamentam as suas ações. Apesar do bom funcionamento deste meio, segundo Puddephatt (2011), fóruns de diálogos tais como o IBAS e órgãos internacionais como a OCDE (Organização para a Cooperação e o

---

<sup>8</sup> As eleições no Irã de 2009 foram tumultuadas pelas acusações de que o governo havia adulterado os votos para perpetuar-se no poder. Como resposta, o governo fez uso da violência para conter a população revoltada e proibiu a cobertura da mídia. Dessa forma, a população apropriou-se do *Facebook* e do *Twitter* para mostrar a real situação em que o país se encontrava, utilizando-se de vídeos, fotos e notícias.

<sup>9</sup> *Occupy Wall Street* é um movimento contra as desigualdades econômicas mundiais. Teve início em Nova Iorque, EUA, e rapidamente se espalhou para diversas outras cidades do mundo, devido, principalmente, ao uso do *Facebook* e do *Twitter* como plataforma comunicacional.

Desenvolvimento Econômico) e a APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), discutem formas de uma melhor regulamentação dos espaços digitais.

Apesar disso, Puddephatt ressalta que:

Cresce o consenso de que para as comunicações digitais servirem aos interesses públicos e apoiar revoluções democráticas, como as do Oriente Médio, precisam desenvolver-se de acordo com os direitos humanos fundamentais e com os princípios democráticos. (Puddephatt, 2011, p. 25)

E ainda continua:

Na verdade, a regulamentação governamental frequentemente limita o desenvolvimento da internet, os reguladores governamentais têm dificuldade de acompanhar o ritmo de um ambiente de transformações muito rápidas. O mundo digital pode ser entendido como um ecossistema de evolução constante, que muda e cresce continuamente, e não como um sistema planejado com um objetivo ou uma configuração final predeterminada. Não há nenhum plano-mestre, e nenhuma organização pode se dizer dona de um “plano-mestre” para o seu desenvolvimento. Há fortes razões para se defender que a internet não precisa de um novo sistema de regulação global, e sim de liberdade para crescer e se desenvolver organicamente como tem acontecido até agora, e que tentar estabelecer uma nova estrutura regulatória internacional prejudicaria sua abertura e sua capacidade de inovação. (Puddephatt, 2011, p. 25)

Dessa forma, é fácil compreender que foi a “natureza não estruturada das comunicações pela internet – antielitista e sem controle – [que] permitiu que novos grupos de pessoas se tornassem ativas” (Puddephatt, 2011, p. 25-26). Os jovens manifestantes da *Primavera Árabe*, assim, utilizaram-se dos espaços vazios que as mídias tradicionais censuradas não conseguiam preencher e agiram através de um *ciberativismo* global. “Talvez a lição das revoluções árabes seja que a internet não precisa de orientação, que tentativas de criar resultados específicos tendem a sair pela culatra” (Puddephatt, 2011, p. 26).

As mídias tradicionais, entretanto, tiveram seu papel ao reproduzirem os materiais digitais, dando notoriedade e veracidade aos fatos. Apesar disso, foi a cobertura através dos meios digitais que proporcionou a visão interna dos acontecimentos, pois mesmo as grandes agências internacionais de notícias, por vezes, não conseguem atingir ao mesmo tempo a perspectiva do agente e da vítima, seja por controle ou pressões governamentais, seja pela dificuldade de acesso ou até mesmo pela política interna da agência que pode vir a apoiar um lado ou outro.

Um bom exemplo dessa ação *limitada* das mídias tradicionais foram as guerras provenientes da política de combate ao terrorismo do ex-presidente americano George W. Bush. Segundo Jacques A. Wainberg (2005, p. 41-42) e o documentário *The War You Don't*

See (A Guerra que Você Não Vê) de John Pilger (2010), o governo americano permitia *embutir* – termo utilizado pelo governo – repórteres dentro das Forças Armadas, entretanto, estes só tiveram acesso àquilo que os militares lhes permitiam ver. Segundo relatos do documentário, as agências que *embutiram* repórteres, foram as que mais ganharam destaque dentro dos Estados Unidos, buscando uma maior aprovação da opinião pública interna, enquanto que os repórteres independentes e a opinião pública local pouco tinham acesso aos grandes meios com funções massivas. A agência de notícias árabe, Al-Jazeera, ganhou notoriedade global neste período por ter mostrado o outro lado da guerra, dando voz aos civis, vítimas dos ataques.

A *Primavera Árabe*, ao contrário, já nasce dentro dos espaços digitais que, como visto, não são hierárquicos nem regulamentados pela elite como as mídias tradicionais. Esse é o grande diferencial deste movimento, que possibilitou uma visão dos agentes/vítimas, em detrimento da visão controlada que seus governos vendiam ao mundo.

Tendo estes pressupostos como base, entretanto, é importante frisar que as mídias digitais não foram as responsáveis diretas pelas ações, já que não são um poder por si sós. O ciberespaço, entretanto, ganha importância fundamental por servir como um meio para a ação coletiva, catalisando os efeitos esperados, assim como Puddephatt aponta no caso da *Primavera Árabe*:

As mídias sociais, por si sós, não produziram a revolução árabe, mas ao oferecer constantemente novos conteúdos e comentários às mídias tradicionais funcionaram como catalisadores das mudanças. Foi a combinação entre as mídias digitais e tradicionais que se mostrou tão letal para esses regimes. (Puddephatt, 2011, p. 20)

Sendo assim, foram os jovens árabes os responsáveis pelos processos revolucionários da *Primavera Árabe*, as ferramentas digitais apenas lhes proporcionaram uma forma de agir coletivamente e globalmente, angariando, assim, apoio às suas reivindicações. Atribuir às mídias digitais o crédito da revolução é negar a essência social das relações de poder e, conseqüentemente, das relações internacionais.

Dessa forma, como visto nesse trabalho, a relação mídia-poder torna-se fundamental para compreender não só o caso da *Primavera Árabe*, mas diversos outros eventos que ocorrem frequentemente no cenário internacional. As Relações Internacionais, assim como qualquer área das ciências sociais, modificam-se constantemente de acordo com a evolução da sociedade e do modo como se relacionam. Sendo assim, negar a existência da influência do

*poder fluido* da mídia dentro das esferas tradicionais de poder, é negar o impacto que as novas tecnologias possuem nas relações humanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência das novas tecnologias da informação e da comunicação nas relações sociais já é um fato recorrente de estudo e análise em diversas áreas das ciências humanas. A presença cada vez mais forte dessas novas ferramentas interconectou o mundo de forma nunca antes vista, criando redes de contatos entre as mais diversas sociedades ao redor do globo. Apesar disso, os estudos da área de Relações Internacionais sobre o tema ainda são incipientes, não outorgando a mesma ênfase ao assunto, assim como outras ciências de áreas afins já o fazem.

Nos parece então emergencial que o campo de estudos das Relações Internacionais reflita este fenômeno de reconfiguração multidisciplinar através das várias vertentes que o constituem. Apesar de diversos casos em que a mídia influenciou diretamente na tomada de decisões no cenário internacional, nos deparamos com um escasso acervo sobre o assunto que levasse em conta os postulados de RI durante a etapa de pesquisa bibliográficas.

A *Primavera Árabe* – como observado durante o trabalho – é um desses fenômenos em que as TIC não foram apenas uma ferramenta a mais, mas tiveram ligação direta com esta reconfiguração, deixando rastros incontestáveis no desenrolar dos protestos para o nosso campo de estudo. Sendo assim, o caso nos parece de relevância para percebermos algumas questões sobre o fenômeno.

Com o objetivo de analisar se (e até que ponto) as novas TIC são capazes de influenciar as relações entre os agentes internacionais, o artigo buscou demonstrar como a mídia, enquanto um poder fluido como demonstrou Valente (2007), não possui as mesmas características que as outras esferas de poder – militar, econômica e política – pelo qual um agente internacional pode disseminar suas ações. No entanto, esta é capaz tanto de amplificar tais esferas quanto de colocá-las em inoperância. Isto ocorre justamente pela fluidez de seu poder, interferindo direta ou indiretamente no funcionamento das esferas supracitadas.

Sendo assim, a capacidade das mídias digitais de estarem em diversos lugares ao mesmo tempo, disseminando informações por entre os mais diversos Estados, instituições, sociedades e indivíduos, e tendo como pressuposto sua clara relação com o poder, percebe-se cada vez mais que as TIC estão possibilitando ações dos mais diferentes agentes em um nível global, antes restritas aos Estados e a poucas organizações internacionais.



A teoria construtivista das Relações Internacionais possibilita uma boa apreensão dessas mudanças, tendo em vista sua percepção acerca dos agentes enquanto seres sociais que modificam suas noções de mundo, buscando dar sentido ao espaço ao seu redor. Dessa forma, a partir do momento em que a estrutura não mais faz sentido para os indivíduos e possuindo as ferramentas necessárias para uma ação coletiva enfática, as mudanças no meio internacional acabam por se tornar inevitáveis.

Não é à toa que os Estados vêm buscando cada vez mais um controle dos meios digitais a fim de regulamentar seu funcionamento. Entretanto, cresce o consenso entre a comunidade acadêmica, a sociedade civil e alguns Estados e organizações internacionais de que uma rede aberta e democrática é a melhor solução para o desenvolvimento das tecnologias digitais, tendo em vista sua natureza global e livre, em que sua construção se dá pela troca de informações dentre as mais diversas fontes.

Como consequência, percebe-se que movimentos como os da *Primavera Árabe* só tornam-se possíveis devido às características democráticas e globais da rede que possibilitaram uma ação coletiva que acabou por tornar-se global, influenciando diversas outras sociedades. Os anseios dos jovens árabes por melhores condições de vida e por mais liberdade conseguiu romper as barreiras de Estados ditatoriais com uma estrutura governamental falida e isso se deve, entre outros fatores, à presença das TIC.

Os movimentos revolucionários na região árabe tiveram diferentes destinos e continuam a gerar consequências sociais até os dias atuais. Mesmo não adentrando especificamente em cada caso, é possível perceber como esse fenômeno veio a enfatizar o novo cenário das Relações Internacionais: novos agentes estão cada vez mais presentes em um ambiente que antes fora dominado pelo modelo Westfaliano. O ciberespaço – que espalha-se a uma velocidade surpreendente pelo globo – é um dos novos mundos de ação dos agentes internacionais dentro do mundo político. Logo, cabe à academia observá-lo e analisá-lo para uma maior compreensão da complexidade da área que nos propomos estudar.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, I. (2009). *Jornalismo, self media, media sociais e a realidade dos “prosumers”*. 2009. Trabalho apresentado ao Seminário de Ciberjornalismo do Mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade do Porto, Porto.
- Anderson, C. (2006) *A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho*. 2. ed. São Paulo: Elsevier.
- Anderson, L. (2011). Desmistificando a Primavera Árabe – analisando as diferenças entre a Tunísia, o Egito e a Líbia. Tradução de Zimbres, P. *Política Externa*, 20(1), 39-44.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Penchel, M. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Beck, U. (1999). *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. Tradução de Carone, A. São Paulo: Paz e Terra.
- Bomberowitz, J. (2011). *The Libyan Revolution Through Social Media*. Boston: BostInno. Disponível em: <http://bostinno.com/2011/08/22/the-libyan-revolution-through-social-media/> (acessado em 30 fev 2012).
- Castells, M. (2006) *A Era da Intercomunicação*. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2006/08/18/a-era-da-intercomunicacao-por-manuel-castells/> (acessado em 10 mar 2012).
- Castells, M. (1999) *A Sociedade em Rede*. Tradução de Majer, R. 6. ed. v. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Charaudeau, P. (2009). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- Christakis, N. e Fowler, J. (2010). *O poder das conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas*. Tradução de Furmankiewicz, E. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Velasco Cruz, S. (2004). *Globalização, democracia e ordem internacional: ensaios de teoria e história*. Campinas: Editora da UNICAMP e São Paulo: Editora Unesp.
- Daniel, S. e Salamatian, A. (2010). *La révolte verte: la fin de l’islam politique?*. Paris: Editions Delavilla.
- Delany, C. (2011). *How Social Media Accelerated Tunisia's Revolution: An Inside View*. 2011. Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/colin-delany/how-social-media-accelera\\_b\\_821497.html](http://www.huffingtonpost.com/colin-delany/how-social-media-accelera_b_821497.html) (acessado em 25 fev 2012).
- Democracy Now. (2011). *Nobel Peace Winner Tawakkul Karman on Yemen and the U.S. War on Terror*. Disponível em: [http://www.democracynow.org/2011/10/10/nobel\\_peace\\_winner\\_tawakkul\\_karman\\_on](http://www.democracynow.org/2011/10/10/nobel_peace_winner_tawakkul_karman_on) (acessado em 2 mai 2012).

Duwaji, O. (2011). *The Syrian 'Day of Rage': A Revolution That Wasn't*. Northeastern University Political Review. Disponível em: <http://www.nupoliticalreview.com/?p=325> (acessado em 11 mar 2012).

Facebook. (2012). *Facebook Newsroom*. Disponível em: <http://newsroom.fb.com/default.aspx> (acessado em 16 abr 2012).

Farah, P. (2011). A Primavera Árabe no *Machreq, Maghreb e Khalij*: motivações e perspectivas. *Política Externa*, 20(1), 45-55.

Fox News. (2012). *Arab Spring*. Disponível em: <http://www.foxnews.com/topics/world/arab-spring.htm> (acessado em 24 jan 2012).

Puttington, A. (2012). *The Arab Uprisings and Their Global Repercussions: selected data from Freedom House's annual survey on political rights and civil liberties*. Washington: Freedom House. Disponível em: [http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/inline\\_images/FIW%202012%20Booklet--Final.pdf](http://www.freedomhouse.org/sites/default/files/inline_images/FIW%202012%20Booklet--Final.pdf) (acessado em 30 mar 2012).

Hauser, C. (2012). *New Service Lets Voices From Egypt Be Heard*. The New York Times. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2011/02/02/world/middleeast/02twitter.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2011/02/02/world/middleeast/02twitter.html?_r=1) (acessado em 12 jan 2012).

Hobsbawn, E. (2007). *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de Viegas, J. São Paulo: Companhia das Letras.

Hohlfeldt, A. (2007). Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In Hohlfeldt, A.; Matrino, L.; França, V (Orgs.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes.

Huang, C. (2011). *Facebook and Twitter key to Arab Spring uprisings: report*. Dubai: The National. Disponível em: <http://www.thenational.ae/news/uae-news/facebook-and-twitter-key-to-arab-spring-uprisings-report> (acessado em 25 fev 2012).

Human Rights Watch. (2011). *No Room to Breathe*. Disponível em: <http://www.hrw.org/en/node/10646/section/4> (acessado em 9 mar 2012).

Human Rights Watch. (2010). *World Report 2010*. Disponível em: <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/wr2010.pdf> (acessado em 9 mar 2012).

ITU. (2012). *Connect Arab Summit 2012: Connecting the unconnected by 2015... - ICT adoption and prospects in the Arab region*. Geneva. Disponível em: [http://www.itu.int/dms\\_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-AR-2012-PDF-E.pdf](http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-AR-2012-PDF-E.pdf) (acessado em 16 jan 2012).

ITU. (2012). *Free statistics*. Geneva. Disponível em: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/> (acessado em 16 jan 2012).

Jenkins, H. (2008). *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph.

Kumar, S. (2012). Arab Spring and the social media. *Frontline*, Nova Délhi, 29(5), 10-23. Disponível em: <http://www.flonnet.com/fl2905/stories/20120323290508900.htm> (acessado em 10 abr 2012).

Larsen, R. (2011). *Youth Exclusion in Syria: Social, Economic and Institutional Dimensions*. Journalists Resource. Disponível em: <http://journalistsresource.org/studies/government/international/youth-exclusion-in-syria-economic> (acessado em 9 mar 2012).

Lemos, A. (2007). Cidade e Mobilidade. Telefones Celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais. *Matrizes, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação*, 1(1), 121-137. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/Media1AndreLemos.pdf> (acessado em 06 mar 2012).

Lemos, A. e Lévy, P. (2010). *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus.

Lemos, A. e Palacios, M. (Orgs.). (2001) *Janelas do ciberespaço: comunicação e cibercultura*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina.

Lévy, P. (2007). *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 3. ed. São Paulo: Loyola.

Lévy, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução de Costa, C. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Martín-Barbero, J. (2010). Globalização comunicacional e transformação cultural. In Moraes, D. (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record.

Mascarenhas, J. (2005). A retórica chauvinista do 'espírito americano'. *Lutas Sociais*, 13/14. Disponível em: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13\\_14\\_livros3.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_livros3.pdf) (acessado em 20 fev 2012).

Matterlart, A. (2006). *História da sociedade da informação*. Tradução de Campanário, N. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola.

Messari, N. e Nogueira, J. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Neves, R. (2007). *O novo mundo digital: você já está nele: oportunidades, ameaças e as mudanças que estamos vivendo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Onuf, N. (2002). Worlds of Our Making: The Strange Career of Constructivism in International Relations. In Puchala, D. *Visions of International Relations: Assessing an Academic Field*. Columbia: University of South Carolina Press.

Ouro Preto, A. (2011) Movimentos contra o autoritarismo. *Política Externa*, 20(1), 27-37.

- Patriota, A. (2011). Tempos de mudança no Mundo Árabe. *Política Externa*, 20(1), 13-17.
- Pilger, J. (2010). *The War You Don't See*. Reino Unido: Dartmouth Films. DVD (97 min).
- Preston, J. (2011). *Syria Restores Access to Facebook and YouTube*. The New York Times. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2011/02/10/world/middleeast/10syria.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2011/02/10/world/middleeast/10syria.html?_r=1) (acessado em 9 mar 2012).
- Puddephatt, A. (2011). As revoluções árabes e a comunicação digital. Tradução de Zimbres, P. *Política Externa*, 20(1), 19-26.
- Reuters. (2011). *Social Media: a double-edged sword in Syria*. Damascus. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2011/07/13/us-syria-social-media-idUSTRE76C3DB20110713> (acessado em 9 mar 2012).
- Ritzer, G. e Jurgenson, N. (2010). Production, Consumption, Prosumption: The Nature of Capitalism in the Age of the Digital “Prosumer”. *Journal of Consumer Culture*, 10(1), 13-36. Disponível em: <http://www.georgeritzer.com/docs/Production%20Consumption%20Prosumption.pdf> (acessado em 06 mar 2012).
- Souza, J. (2005). *Seja o primeiro a saber: a CNN e a globalização da informação*. São Paulo: Summus.
- Stepanova, E. (2011). The Role of Information Communication Technologies in the “Arab Spring”: Implications Beyond the Region. *PONARS Eurasia*, 159.
- Tapscott, D. (2010). *A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos*. Rio de Janeiro: Agir Negócios.
- TELECO. (2012). *Perfil dos usuários de internet no Brasil*. Disponível em: [http://www.teleco.com.br/internet\\_usu.asp](http://www.teleco.com.br/internet_usu.asp) (acessado em 16 jan 2012).
- Thompson, J. (2009). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Brandão, W. 11. ed. Petrópolis: Vozes.
- Twitter. (2012). *Sobre o Twitter*. Disponível em: <https://twitter.com/about> (acessado em 16 abr 2012).
- Valente, L. (2007). *Política externa na era da informação: o novo jogo do poder, as novas diplomacias e a mídia como instrumentos de Estado nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Revan.
- Vizer, E. (2011). *A trama (in)visível da vida social: comunicação, sentido e realidade*. Porto Alegre: Sulina.
- Wainberg, J. (2005). *Mídia e Terror: Comunicação e violência política*. São Paulo: Paulus.

Wallerstein, I. (2000). A reestruturação capitalista e o sistema-mundo. In Gentili, P. (Org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO.

Wendt, A. (1994). Collective identity formation and the international state. *American Political Science Review*, 88(2), 384-396.

Wendt, A. (1995). Constructing International Politics. *International Security*, 20(1), 71-81.

Ugarte, D. (2008). *O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Youtube. (2012). *Sobre o YouTube*. Disponível em: [http://www.youtube.com/t/about\\_youtube](http://www.youtube.com/t/about_youtube) (acessado em 16 abr 2012).